

CADEIAS CURTAS E MERCADOS LOCAIS

GAL ALTO OESTE – 10.2.1.4

Objetivos:

- a) Promover o contacto direto entre o produtor e o consumidor, contribuindo para o escoamento da produção local, a preservação dos produtos e especialidades locais, a diminuição do desperdício alimentar, a melhoria da dieta alimentar através do acesso a produtos da época, frescos e de qualidade, bem como fomentando a confiança entre produtor e consumidor;
- b) Incentivar práticas culturais menos intensivas e ambientalmente sustentáveis, contribuindo para a diminuição da emissão de gases efeito de estufa através da redução de custos de armazenamento, refrigeração e transporte dos produtos até aos centros de distribuição.

Beneficiários (a título individual ou em parceria):

- a) GAL ou as Entidades Gestoras (EG) no caso de GAL sem personalidade jurídica;
- b) Associações constituídas ao abrigo dos artigos 167.º e seguintes do Código Civil, cujo objeto social consista no desenvolvimento local;
- c) Associações, independentemente da sua forma jurídica, constituídas por produtores agrícolas, incluindo os agrupamentos ou organizações de produtores reconhecidos ao abrigo da Portaria n.º 169/2015, de 4 de junho;
- d) Parcerias constituídas por pessoas singulares ou coletivas, que integrem, no mínimo, três produtores agrícolas;

Tipologias de Ações:

a) Cadeias Curtas:

- Armazenamento, transporte e aquisição de pequenas estruturas de venda;
- Ações de sensibilização e educação para consumidores ou outro público -alvo;
- Desenvolvimento de plataformas eletrónicas e materiais promocionais;
- Ações de promoção e sensibilização para a comercialização de proximidade junto de núcleos urbanos que permitam escoar e valorizar a produção local.

b) Mercados Locais:

- Criação, ou modernização de infraestruturas existentes de mercados locais;
- Ações de promoção e sensibilização para a comercialização de proximidade que permitam escoar e valorizar a produção local.



CrITÉRIOS de elegibilidade das operações:

- a) Sejam realizadas na área geográfica correspondente ao território de intervenção do GAL, podendo ainda abranger a demais área geográfica respeitante aos concelhos desse território e aos concelhos limítrofes, exceto quando respeitem a mercados locais e pontos de venda coletivos que se traduzam em estruturas fixas;
- b) Tenham um custo total elegível, apurado em sede de análise, igual ou superior a 5.000 euros e inferior ou igual a 200.000 euros;
- c) Apresentem um plano investimento que identifique a área geográfica de incidência e a modalidade de cadeias curtas, bem como as atividades a desenvolver, com especificação dos resultados esperados, o orçamento e a calendarização;
- d) Assegurem, quando aplicável, as fontes de financiamento de capital alheio;
- e) Tenham início após a data de apresentação da candidatura;
- f) Apresentem coerência técnica, económica e financeira;
- g) Cumpram as disposições legais aplicáveis aos investimentos propostos, designadamente em matéria de licenciamento.

Despesas elegíveis:

- 1 - Estudos e projetos necessários para a criação de cadeias curtas, desde que realizadas até seis meses antes da data de apresentação da candidatura, até ao limite de 5% da despesa elegível total aprovada da operação;
- 2 - Consultoria em áreas específicas para apoio técnico aos agricultores no âmbito de uma cadeia curta;
- 3 - Aquisição de equipamentos para preparação, embalagem e acondicionamento de produtos;
- 4 - Aquisição de equipamentos para a comercialização dos produtos, como seja bancas de venda e sinalética;
- 5 - Aquisição ou adaptação de viatura indispensável à atividade objeto de financiamento;
- 6 - Conceção e produção de embalagens, rótulos e logótipos;
- 7 - Planos de comercialização, ações e materiais de promoção;
- 8 - Equipamento informático e *software* standard e específico, incluindo o desenvolvimento de plataformas eletrónicas de comercialização e *websites*;
- 9 - Construção ou obras de adaptação ou modernização de edifícios;

10 - Outras despesas intangíveis diretamente associadas a atividades comerciais.

Despesas não elegíveis:

- 1 - Custos de manutenção decorrentes do uso normal das instalações;
- 2 - Investimentos de substituição;
- 3 - Equipamentos em segunda mão;
- 4 - Despesas relativas a material promocional que se considerem supérfluas ou injustificadas para os objetivos da operação.

Forma, níveis e limite dos apoios

- a) Os apoios previstos no presente capítulo revestem a forma de subvenção não reembolsável.
- b) O nível do apoio a conceder é de 50% do investimento total elegível.
- c) O limite máximo do apoio a conceder, por beneficiário, é de 200.000 euros, durante o período de programação.

Dotação Orçamental:

166.666,67€

Data de encerramento:

12 de outubro de 2018

Mais Informações:

- Aviso de Abertura:

https://balcao.pdr-2020.pt/balcao/inicio/balcao_inicio/documento_pdr2020/1592154

- Portaria n.º 152/2016, de 26 de maio:

www.pdr-2020.pt/site/content/download/1239/12523/version/3/file/Portaria_152_2016.pdf

- Portaria n.º 249/2016, de 15 de setembro:

www.pdr-2020.pt/site/content/download/1240/12530/version/1/file/Portaria_249_2016.pdf

- Portaria n.º 238/2017, de 28 de julho:

www.pdr-2020.pt/site/content/download/1618/21741/version/1/file/Portaria_238_2017.pdf

- Portaria n.º 46/2018, de 12 de fevereiro:

www.pdr-2020.pt/site/content/download/1799/23884/version/1/file/PORTARIA_46_2018.pdf

- Orientação Técnica Específica n.º 47/2016, de 16 de dezembro:

www.pdr-2020.pt/site/content/download/1618/21741/version/1/file/Portaria_238_2017.pdf